



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 19/03/2025 13:14:11.630 - CMADS

REQ n.5/2025

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N° , DE 2023
(Da Sra. Socorro Neri)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a justiça climática e suas implicações para as populações mais vulneráveis no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para discutir a justiça climática e suas implicações para as populações mais vulneráveis no Brasil.

Proponho para participar desta Audiência Pública os seguintes convidados:

- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Representante do Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC);
- Representante do Centro Brasil no Clima (CBC);
- Representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);
- Representante da Comissão Pró-Indígena do Acre (CPI/AC);
- Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
- Representante do Observatório do Clima.

JUSTIFICAÇÃO

A justiça climática é uma abordagem ética e política que busca A justiça climática é um conceito que reconhece que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos de maneira uniforme e afetam desproporcionalmente grupos historicamente marginalizados, incluindo comunidades indígenas, ribeirinhos, extrativistas, mulheres e populações negras em áreas urbanas periféricas. Estudos indicam que eventos extremos,

* C D 2 5 4 1 3 3 3 1 3 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Apresentação: 19/03/2025 13:14:11.630 - CMADS

REQ n.5/2025

como secas prolongadas, inundações e aumento das temperaturas, impactam diretamente a segurança alimentar, o acesso à água potável e a estabilidade econômica dessas populações.

Na Amazônia, o avanço do desmatamento e a intensificação de eventos climáticos extremos alteram o regime de chuvas, comprometendo os sistemas agrícolas tradicionais e o ciclo hidrológico da região, afetando a subsistência de comunidades indígenas, ribeirinhos e extrativistas. A redução da biodiversidade também limita as opções de sustento dessas populações, que dependem dos recursos naturais para sua economia e cultura.

As mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis, especialmente em comunidades rurais, onde desempenham um papel central na segurança alimentar e na manutenção dos lares. Segundo a ONU, elas são mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas devido ao aumento das responsabilidades domésticas em tempos de crise, à dificuldade de acesso a financiamento e terras, e à sobrecarga de trabalho não remunerado.

Os jovens enfrentam desafios relacionados à educação e ao mercado de trabalho em um cenário de instabilidade ambiental. O aumento de eventos climáticos extremos gera deslocamentos forçados e impede a continuidade de estudos e capacitações, comprometendo as oportunidades de desenvolvimento profissional e agravando as desigualdades socioeconômicas.

A população negra e periférica das grandes cidades é frequentemente a mais atingida por desastres climáticos, como ondas de calor, enchentes e deslizamentos de terra. Estudos do IPCC apontam que a urbanização desordenada e a falta de infraestrutura adequada elevam o risco para essas comunidades, resultando em impactos desproporcionais na moradia, mobilidade e acesso a serviços básicos.

Considerando a relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Audiência Pública requerida.

Sala da Comissão, de março de 2025.

Socorro Neri
Deputada Federal PP/AC



* C D 2 5 4 1 5 2 3 3 1 3 0 0 *